ALUNO E TRABALHADOR? A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E OS PROCESSOS DE EXPLORAÇÃO NO TRABALHO IMATERIAL DE PÓS-GRADUANDOS BOLSISTAS[1]

LUÍS PAULO NALLIN DE OLIVEIRA[1];

ELISA YOSHIE ICHIKAWA[2]

[1]Programa de Pós-Graduação em Administração (PPA) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) – luispaulonallin@gmail.com
[2] Programa de Pós-Graduação em Administração (PPA) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) – eyichikawa@uem.br

Resumo

Neste ensaio teórico, buscou-se defender que o pós-graduando bolsista realiza um trabalho imaterial o qual, ao se aproximar da figura do empresário de si, entra na lógica da autoexploração. Para tanto, realizamos uma descrição do conceito de trabalho, salientando suas dimensões internas, necessárias ao desenvolvimento de uma dada atividade, e as suas dimensões contextuais. Acerca do trabalho imaterial, apresentaremos que o labor remete principalmente à intervenção do sujeito sobre si, que deve buscar otimizar seu capital humano, cuja atividade se expressa na figura do empresário de si. Subsequentemente, mostraremos os conceitos de precarização - à perda de direitos trabalhistas, que permite o alargamento das horas de trabalho e a diminuição sistemática dos salários - e de exploração - uso intenso e máximo de recursos humanos e não humanos. Na sequência, delimitaremos subjetividades específicas que operam no fortalecimento do funcionamento do capitalismo que, ao atravessar o campo social urbano, incluindo aí a pós-graduação, acaba difundindo um modelo de sujeito máquina, capaz de se manter produtivo na medida em que se torna anestesiado, fragilizado e cada vez mais despotencializado.

Palavras-chave: Autoexploração. Precarização. Ciência. CAPES. Pós-graduação.

Introdução

Para iniciar este ensaio teórico, propomos algumas cenas que podem ocorrer no cotidiano de pós-graduandos[2]:

Um grupo de pesquisa debate sobre um novo projeto que, para se colocar em prática, exige a definição de um coordenador do projeto. O professor responsável pelo grupo solicita um voluntário e nenhum estudante responde. Um deles é interpelado pelo docente acerca de sua situação enquanto bolsista na pós-graduação, e ao assentir é definido como coordenador do

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.
[2] As cenas são baseadas em experiências reais, mas tiveram detalhes preservados para resguardar aspectos éticos.

projeto. As demais atividades são elencadas e organizadas pelo grupo e distribuídas pelo docente, que não se encarrega de nenhuma delas.

Aula de abertura do ano letivo. A direção do centro dá as boas-vindas aos estudantes do programa e ressalta a importância da nota do programa na CAPES na carreira dos discentes. No discurso, o indicador é atrelado às publicações de artigos científicos em periódicos de alta qualidade e que devem ser realizadas pelos estudantes. Além dessa ênfase, nada mais sobre a avaliação do órgão é notabilizada.

No primeiro dia de aula, o professor entra na sala e cumprimenta os estudantes, ele avisa que o cronograma da disciplina foi enviado há um mês e que as entregas dos trabalhos seguirão o programado. Em seguida, ele relata que no dia estabelecido para a entrega da atividade, recebeu mensagens de uma estudante que alegou estar com seu filho no hospital, solicitando uma alteração de data, a qual não foi atendida. Ao final do recado, o docente pede à estudante que se identifique. Após abaixar a mão, a discente chora calada. Os demais discentes permanecem em silêncio.

A partir dessas cenas, gostaríamos de ressaltar alguns elementos. Em primeiro lugar parece haver um estímulo para o acúmulo de funções além das previstas nos regulamentos. A indagação do docente acerca da vinculação econômica do estudante com a pós-graduação parece aproximar que ela é condição suficiente para que o pós-graduando assuma a função. No entanto, apenas a dimensão que legitima um engajamento adicional ao trabalho é colocada em relevo, ao passo que as dimensões econômica e jurídica da bolsa, tornam-se ocultas. As bolsas pagas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) se referem aos valores de R$ 2.100,00 para o mestrado e R$ 3.100,00 para o doutorado, sobre os quais não incidem deduções fiscal, previdenciária ou outra. Ademais, há certa ausência de reconhecimento jurídico capaz de garantir o acesso aos direitos trabalhistas[3], impondo entraves específicos aos bolsistas.

Nas demais cenas, a ênfase na responsabilidade que os sujeitos devem assumir parece se notabilizar mais em relação aos resultados, alvos de avaliações internas e externas, do que em relação à construção de conhecimento. Ainda, o ritmo da produtividade é estabelecido pelos prazos previamente estabelecidos, pouco capazes de abarcar as diferenças e as dificuldades no desenvolvimento das atividades. Na medida em que se pressupõe que o tempo é suficiente, como na terceira cena, parece se notabilizar a ideia de que atingir a meta é majoritariamente um procedimento técnico, e atravessá-lo no intervalo pré-determinado é uma questão de dedicação. Essa acepção se fortalece com o desvio de foco dos entraves atrelados às condições sociais, que parece tomar contorno no silêncio da turma perante a reação emocional da estudante, possibilitando a ideia de que ocultar parte da realidade dos sujeitos que circulam ali seja tornado natural.

Assinalamos atravessamentos que podem compor o contexto da pós-graduação e que tensionam os limites em que essa atividade deixa de ser apenas de formação profissional e se

[3] Ainda que no Brasil esteja ocorrendo as tramitações para votação do projeto de lei nº 6894/2013 para a regulamentação previdenciária para os pós-graduandos, ainda há longas distâncias para a superação das lacunas jurídicas.

aproxima de uma relação laboral. Nesse sentido: estudar é trabalhar? Em quais dimensões econômicas e jurídicas esse trabalho se efetiva?

Além das dimensões ligadas ao labor e suas condições, as cenas permitem indagar sobre as maneiras de se relacionar difundidas no campo: quais valores, ideias, práticas e comportamentos são circulados como verdade nesse contexto? Quais as relações da circulação dessas verdades na produção de sujeitos nesse campo? Quais possíveis efeitos dessa dinâmica?

Para seguir essas indagações a fim de refletir sobre a pós-graduação enquanto uma atividade laboral dos bolsistas é necessário uma ferramenta conceitual que abarque tanto as atividades desenvolvidas objetivamente, quanto o trabalho necessário para se produzir enquanto sujeito de acordo com o repertório difundido no campo. Assim, a partir das ideias de Lazzarato (2014) e Gorz (2014), o conceito de trabalho imaterial emerge, possibilitando refletir sobre as capacidades mobilizadas nessa relação, tais como**,** a inclinação à reflexão, persistência, motivação, linguagem, comunicação e à cooperação. Com efeito, sob um prisma crítico localizado no capitalismo contemporâneo, tal conceito permite rastrear a produção de um sujeito ativo que se coloca responsável pelos sucessos de seus resultados e por se manter competitivo no mercado acadêmico e que seja capaz de explorar seu próprio trabalho. Atento a isso, este ensaio teórico busca defender que o pós-graduando bolsista realiza um trabalho imaterial o qual, ao se aproximar da figura do empresário de si, entra na lógica da autoexploração.

Este trabalho se justifica por fortalecer a ideia de que o percurso na pós-graduação se aproxima de uma atividade laboral, o que permite colocar em relevo partes das condições em que a produção científica brasileira se desenrola. Uma revisão de literatura não exaustiva[4], sugere uma lacuna onde este ensaio se localiza, uma vez que, em linhas gerais, os artigos versam sobre processos que visam auxiliar na consolidação no mercado de trabalho de pós-graduandos e recém docentes, estratégias de desenvolvimento de capacidades de comunicação e linguagem, diferentes impasses durante a pós-graduação e efeitos na inserção laboral de egressos beneficiados por políticas de financiamento de mestrados sanduíches nos Estados Unidos da América (Carvalho; Cardoso; Sarmento, 2024). Poppelaars *et al.* (2022) avaliam procedimentos e articulações institucionais, quanto a sua colaboração durante e logo após a pós-graduação, com o mercado laboral europeu, enquanto que Fleming *et al.* (2024) relatam a relação entre os investimentos nas instituições acadêmicas ligados ao desenvolvimento da carreira de tais sujeitos. Mutua, Nakidde e Mukumbang (2025), no contexto africano, abordam a necessidade de financiamento para parcerias com outras instituições no intuito de desenvolver as carreiras de pós-graduandos por meio de intercâmbios. Outros estudos abordam as estratégias para o desenvolvimento de capacidades, como a colaboração e comunicação (Schmidt *et al.*, 2023), a importância das atitudes, hábitos

[4] Spell - vocábulo: bolsista; resultados: 1 artigo; Scopus - vocábulos: bolsista, pós-graduação e trabalho; filtros: artigos abertos em português ou inglês; resultados: 10 artigos. Critério de inclusão: artigos que versassem sobre as condições de investimentos/financiamentos à pesquisa; o desenvolvimento de capacidades direcionadas à ampliação da produtividade. Critérios de exclusão: estudos que não davam enfoque nas dinâmicas da pós-graduação na perspectiva dos discentes, fossem eles os objetos ou fosse sobre as condições do desenvolvimento de suas atividades. Procedimento: os títulos e resumos foram lidos para se aplicar os critérios apontados, resultando nos quantitativos apontados.

e dos estudos em grupo durante o mestrado na área de Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM) (Sandrone, 2024), a comunicação em relações sociais e em apresentações para estudantes da área de STEM (Willoughby; Hughes; Sterman, 2025).

Demais artigos apresentam impasses que compõem o contexto da pós-graduação: a prevalência significativamente maior de ansiedade e depressão no contexto de bolsistas, residentes e estudantes de medicina em relação à população geral (Mousa *et al.*, 2016); sobrecarga de trabalho sobre mulheres que ocupam cargos de alcançam posições de liderança na área de STEM norte americana (Amon, 2017). O desequilíbrio entre a vida pessoal e profissional como um fator na evasão da pós-graduação em engenharia estadunidense (Sallai *et al.*, 2023). E, nos EUA, a necessidade de políticas de suporte à parentalidade na pós-graduação da Universidade de Saúde e Ciência de Oregon (Lenne *et al.*, 2026).

Consonante, este ensaio se justifica por colocar o trabalho imaterial como uma lente das dinâmicas da pós-graduação, articulação pouco realizada por artigos científicos que, majoritariamente, se voltam para análises quanto às formas de exploração nas relações laborais contemporâneas, novos modelos de trabalhos não remunerados, processos de resistência, de deriva e de cooperação e aprofundamentos teóricos do conceito, passando ao largo da relação problematizada[5].

Pesquisas empíricas aludem aos entraves ligados ao trabalho imaterial nas novas composições laborais em diferentes contextos, tais como o bancário nacional (Grisci, 2008; Weber *et al.*, 2011) e português (Weber; Grisci, 2011), a produção de audiovisual televisivo estadunidense (Hearn, 2010) e tcheca (Reifová; Zápotocký, 2026), a prestação de serviços afetivos (Grisci; Bitencourt; Fleck, 2012), a contratação de docentes horistas em universidades privadas no Brasil (Grisci, 2014), os efeitos de padrões estéticos nos trabalhadores do mercado da moda (Prestes; Grisci, 2017) e o funcionamento das relações laborais no setor de hotelaria e turismo na Austrália (Farrugia *et al.*, 2023). Outros estudos evidenciam relações laborais que mobilizam um trabalho sem remuneração nos contextos da produção de dados para organizações no ramo da saúde física (Till, 2014), da prestação de serviços de acolhimento de animais abandonados (Grisci, 2017), da produção-consumo de conteúdos e estilos de vida no mercado matrimonial na Indonésia (Nabila; Irwansyah, 2021) e a produção de dados para treinamento de inteligências artificiais (Morreale *et al.*, 2024).

Já outros alguns estudos acolhem as ambivalências do conceito de trabalho imaterial, notabilizando suas ligações de captura e de resistência em relação às dinâmicas laborais. Eles se voltam para o contexto de expatriados ao redor no mundo (Prestes; Grisci; Fraga, 2016) e do trabalho de *designers* brasileiros (Mansano; Périgo, 2020). Outros artigos investigam processos de resistência seja pela recusa ao trabalho acompanhada de uma deriva da captura capitalista (Jarecka, 2018), ou, seja pela emergência de cooperações sociais, afetivas e emancipatórias nos contextos de refugiados (Scherer; Grisci; Chanlat, 2021), de imigrantes

[5] Spell - vocábulos: trabalho e imaterial; resultados: 11 artigos; Scopus - vocábulos: imaterial, trabalho e exploração; filtros: artigos abertos em português ou inglês; resultados: 13 artigos. Como critério de inclusão foram selecionados artigos que versassem sobre o imaterial em termos de trabalho, apontando dinâmicas e entraves. Foram excluídos os artigos que não relacionassem a noção de imaterial ao trabalho. Procedimento: análogo ao anterior.

(Scherer; Grisci, 2022; Scherer; Prestes; Grisci, 2022), de um coletivo musical de mulheres na fronteira entre Brasil e Uruguai (Braz; Scherer, 2024). Outras pesquisas investigam os mecanismos de exploração no contexto do trabalho digital (Brown, 2014), o papel da inteligência na produção de valor no trabalho imaterial (Hardt; Negri, 2018), a dimensão de um consumo imaterial no mercado de experiências (Guimarães; Santos, 2018), bem como criticam conclusões universalistas baseadas em tal conceito, enfatizando uma contemporaneidade com relações laborais heterogêneas (Polo-Blanco, 2019). Nota-se, portanto, que não há trabalhos que discutam o trabalho imaterial no âmbito da pós-graduação.

Para defender o argumento do ensaio, na próxima seção apresentaremos um resgate histórico-teórico sobre o conceito de trabalho, alcançando umas de suas expressões, o trabalho imaterial, aproximando-o das atividades desenvolvidas na pós-graduação. Posteriormente, a noção de exploração e de precarização são problematizadas para se destacar as possíveis condições em que as atividades discentes se desenrolam. Subsequentemente, apresentaremos aspectos da circulação de subjetividades específicas, que endossam uma mentalidade neoliberal e que podem ser ligadas e engendrar efeitos, não somente, mas também, na vida de pós-graduandos brasileiros. Por fim, são traçados apontamentos finais e uma agenda de pesquisa possível.

Você “só” estuda?

Nesta seção buscaremos conceituar a noção de trabalho, especialmente sua transformação em relação às modificações históricas nas relações de trabalho nas sociedades ocidentais que alguns teóricos críticos, como Marx, Foucault, Gorz, Lazzarato e Negri, analisaram. Lançar mão desses autores coloca questões onto-epistemológicas acerca do conceito de trabalho, especialmente em relação aos pressupostos consubstanciais da visão de Marx, ontologia que torna o trabalho uma atividade da essência humana. Por essa razão e para dar conta das formas de trabalho contemporâneas e das condições que as possibilitam, será proposta uma dobra epistemológica que considere a noção de trabalho a partir do tecido político e a produção sócio-histórica de sujeitos.

Marx (2013) permite entrever que a noção de trabalho se refere a uma série de atividades exercidas na modificação do meio para a fabricação de produtos. Ele destaca, ao menos, dois aspectos contextuais que transformam o produto do trabalho e engendram efeitos específicos. Fora das relações de capital, o trabalho aparece como em uma dimensão viva, fonte de riquezas e expressão criadora da relação entre o indivíduo e seu meio.

Já no contexto do capitalismo, Marx (2013) ressalta que o trabalho é reduzido à “[...] habilidade que o exercício repetido fixou na mão do selvagem” (Marx, 2013, p. 42) e à sua equivalência monetária. Quantificado pela força de trabalho, pelo tempo dedicado à tarefa e pelo seu equivalente em salário que “[...] o próprio trabalho tem como seu objeto geral o simples aumento da riqueza” (Marx, 2017, p. 127), reduzindo-se a uma mercadoria, trocada conforme os interesses do mercado.

Foucault (2010) critica essa ênfase na dimensão quantitativa das trocas do trabalho realizada por Marx. Para Foucault (2010) existem lacunas na definição desse conceito, evidenciando que a ideia do que é um trabalho foi menos discutida do que as relações nas quais ele

acontece. Com efeito, parece haver uma "Neutralização, portanto, da própria natureza do trabalho, em proveito apenas da variável quantitativa de horas de trabalho e de tempo de trabalho, e desta redução ricardiana do problema do trabalho à simples análise da variável quantitativa de tempo" (p. 280).

Nesse debate, Foucault (2010) nos chama a indagar: "Mas o que faz Marx quando analisa o trabalho? Mostra que o operário vende o quê?" (p. 281). Segundo Foucault, Marx analisa e descreve a mecânica do capitalismo, na qual o trabalhador não vende o seu trabalho, mas sim a sua força de trabalho, sua capacidade de executar tarefas, a qual é quantificada pelo tempo, "[...] é um trabalho, pelo contrário, amputado de toda a sua realidade humana, de todas as suas variáveis qualitativas" (Foucault, 2010, p. 281).

Cabe ressaltar que a análise de Foucault (2010) sobre o conceito de trabalho em Marx é alvo de críticas. Para Lazzarato e Negri (2013), tal análise reitera a dimensão técnica do trabalho, nos termos apenas da capacidade de realizar certas atividades para atingir fins específicos, os quais geram valor e se conectam ao sistema produção-consumo. Para Lazzarato e Negri (2013), "[...] Foucault confunde, como muitos outros marxistas, o conceito de 'valor' com aquele de 'valor de troca'" (p. 100).

A leitura que Lazzarato e Negri (2013) realizam da obra de Marx evidencia duas lógicas inter-relacionadas que definem a noção de trabalho. O primeiro deles é o "[...] 'trabalho' como subordinado à lógica de valorização, do comando, da exploração [...]" (p. 94), e é mais premente em um contexto industrial. Essa dimensão é instrumental, orientada para um fim específico: participar como um componente de uma máquina em um processo produtivo no qual não há relação de autorrealização entre o sujeito e tal processo.

Já a segunda dimensão está relacionada ao "[...] 'trabalho' como 'trabalho vivo', cooperação, ato criativo - de cujos elementos subjetivos são parte integrante" (Lazzarato; Negri, 2013, p. 94) e que, no trabalho fabril da época, não era mobilizado fortemente. Ambos elementos destacam o contexto como diferenciadores do conceito trabalho e permite entrever que, ainda que entrelaçados, existem mecanismos internos e externos sobre o funcionamento do trabalho.

Cabe salientar que os apontamentos conceituais sobre o trabalho em Marx auxiliam no início do debate, evidenciando possíveis categorias e elementos que as distinguem. No entanto, é necessário uma flexão epistemológica para abarcar a complexidade das relações de trabalho inseridas no contexto sócio-político-histórico contemporâneo.

Nessa direção, apesar da crítica endereçada à Foucault, Lazzarato e Negri (2013) ressaltam que sua obra "[...] constitui uma contribuição fundamental à nossa tentativa de superar (para exprimir com as suas palavras) a oposição entre 'estrutura e processo de subjetivação'" (p. 101), e complementa que o pensamento dele se fundamenta "[...] sobre o processo imanente de constituição" (p. 101) de sujeitos em suas relações com as mais variadas formas de trabalho. Daí a colocação de Gorz (2005), que, ao se debruçar sobre as relações de trabalho voltadas à produção de consumo, resume: "Trabalhar é produzir-se" (p. 17).

Lazzarato e Negri (2013) propõem que a perspectiva ontológica das teorizações de Foucault permite conectar as forças macrossociais que organizam as relações de trabalho com a

produção de subjetividade e com a produção de sujeitos imersos nessas relações. Foucault dá direções para compreender como ocorre a produção de si na dimensão do trabalho:

> [...] para introduzir o trabalho no campo da análise económica, será preciso estar no ponto de vista daquele que trabalha; será preciso estudar o trabalho como um comportamento económico, como comportamento económico praticado, aplicado, racionalizado calculado por quem trabalha. O que é trabalhar para aquele que trabalha? A que sistema de escolhas, a que sistema de racionalidade obedece esta actividade de trabalho? (Foucault, 2010, p. 283).

Acompanhando Foucault (2010), é possível notabilizar as relações que orientam e organizam as maneiras de se trabalhar, mais especificamente, o repertório de subjetividades prescritas aos trabalhadores, que possibilita a escolha de certos elementos mais do que outros em suas atividades. Antes de buscar conectar tais componentes com a atividade laboral, cabe assinalar o significado de trabalho conforme o Dicionário de Filosofia de Abbagnano (2007) para esclarecer sobre o trabalho do pós-graduando:

> Atividade cujo fim é utilizar as coisas naturais ou modificar o ambiente e satisfazer as necessidades humanas. Por isso, o conceito de T. implica: 1) dependência do homem em relação à natureza, no que se refere à sua vida e aos seus interesses: isso constitui a necessidade, num de seus sentidos; 2) reação ativa a essa dependência, constituída por operações mais ou menos complexas, com vistas à elaboração ou à utilização dos elementos naturais; 3) grau mais ou menos elevado de esforço, sofrimento ou fadiga, que constitui o custo humano do trabalho. (Abbagnano, 2007, p. 964).

A definição sugere que os mecanismos internos de atividades laborais aludem a realização de atividades intencionais física e cognitiva, que envolvem um saber-fazer, adquiridos por meio do esforço empírico e cognitivo. Tal definição desnaturaliza o trabalho como inerente ao ser humano, atrelando essa atividade a dependência dele ao meio que está inserido e a necessidade de sobrevivência. No fundo, trabalhar se constitui como uma atividade intencional e derivada de um interesse que se efetiva na modificação do meio e de si, uma vez que ela demanda que o sujeito exerça sobre si mesmo um governo para uma finalidade, seja ela qual for. Assim, o custo humano do sujeito que trabalha é uma atividade de intervenção sobre si e, nesse sentido, o sujeito é "[...] dado a si mesmo como um ser que tem de se fazer, ele mesmo, o que ele é. Nada pode dispensá-lo dessa tarefa, nem obrigá-lo a realizá-la" (Gorz, 2005, p. 20).

Nessa ótica, a socialização é preponderante na constituição do que é o trabalho e o trabalhador, permitindo evidenciar a conexão entre os mecanismos externos, o contexto no qual as atividades de trabalho se efetivam, com os mecanismos internos, ligados aos modos que as atividades de trabalho podem ser realizadas. A relação de efeitos mútuos entre o saber e o fazer necessários ao trabalho evidencia a conexão entre as forças macrossociais, ligadas aos fluxos de produções, e microssociais, relacionadas aos modos que direcionam o agir e o pensar dos sujeitos imersos nesses fluxos.

Face ao exposto, nos contextos de trabalhos marcados pela informacionalização e conhecimento, emerge uma forma de trabalho, denominada trabalho imaterial, que se constitui a partir do trabalho vivo (Lazzarato; Negri, 2013). Sob essa lente, são notabilizadas

faculdades que outrora estiveram fora das relações de capital. Gorz (2005) assinala que esses trabalhadores:

> [...] devem entrar no processo de produção com toda a sua bagagem cultural que eles adquiriram nos jogos, nos esportes de equipe, nas lutas, disputas, nas atividades musicais, teatrais, etc.. É nessas atividades fora do trabalho que são desenvolvidas sua vivacidade, sua capacidade de improvisação, de cooperação. É seu saber vernacular que a empresa pós-fordista põe para trabalhar, e explora. (Gorz, 2005, p. 19).

Nesse contexto, as maneiras de realizar o trabalho não podem ser prescritas, razão pela qual "O que é prescrito é a subjetividade [...] precisamente isso que somente o operador pode produzir ao 'se dar' à sua tarefa" (Gorz, 2005, p. 18), cuja mensuração se liga à capacidade do trabalhador em se produzir enquanto um capital, agregando valor a si mesmo. Foucault menciona que, o fortalecimento dessas capacidades para o incremento do capital desse sujeito não pode ser desconectado do próprio trabalhador, é "[...] preciso considerar que a competência, que anda a par com o trabalhador" (Foucault, 2010, p. 285), transformando ele em seu próprio objeto de trabalho, ampliando suas potencialidades em termos de capital e engendrando o que Foucault (2010), Lazzarato e Negri (2013) e Gorz (2005) denominam de capital humano. Para se manter atrativo ao lucro e acessar as possibilidades de trabalho e de existência, "[...] que é o próprio trabalhador que surge como sendo para si mesmo uma espécie de empresa" (Foucault, 2010, p. 285), um empresário de si mesmo (Foucault, 2010), auto-empreendedor (Gorz, 2005) e empreendedor de si (Lazzarato, 2017).

Nessa nova relação do capital, que subsume as dimensões de criação, de cooperação, de socialização da vida humana, o saber cotidiano passa a ser essencial para o desenvolvimento do capital humano. Gorz (2005) alerta que "[...] o saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto-organização e de comunicação" (p. 09), valorizados nessa economia, não aludem aos conhecimentos formais. A socialização dos sujeitos, os lugares onde circulam, os grupos que frequentam, os valores morais e sociais a que são apresentados constituem o contato com as capacidades valorizadas no empreendimento de si. Foucault (2010) menciona: "O tempo passado, os cuidados prestados, o nível de cultura dos pais [...] todos os estímulos culturais recebidos por uma criança vão constituir elementos susceptíveis de formarem um capital humano" (p. 290), são esses saberes vivos, adquiridos "[...] no trânsito do cotidiano, que pertencem à cultura do cotidiano" (Gorz, 2005, p. 09), que possibilitam o desenvolvimento da "[...] faculdade da linguagem, disposição à aprendizagem, capacidade de extrair e correlacionar, inclinação a autorreflexão" (Lazzarato; Negri, 2013, p. 117).

Ante ao exposto, cabe tecer considerações sobre o trabalho de pós-graduandos *stricto sensu* brasileiros, iniciando pelas etapas objetivadas pelas normas dos programas. Elas podem demandar, dependendo da área, a realização de atividades como disciplinas, estágio em docência, exames de proficiência, elaboração e efetivação de experimentos físicos, químicos, biológicos e tecnológicos, processos de coleta e análise de dados, tramitação em comitês de ética, submissão de artigos científicos, bem como a produção da dissertação ou tese. Essas produções se entrelaçam com atividades mais abstratas relacionadas aos estudos, como as leituras teóricas e metodológicas, necessárias para a organização de conceitos e operacionalização das pesquisas.

Esse movimento entre abstrações e objetivações se sustentam a partir do, nos termos do trabalho imaterial, engajamento ativo, da abertura ao novo, da reflexão, das correlações e da capacidade de se implicar, se motivar e, enfim, de colocar seus saberes cotidianos para se produzir. O contexto acadêmico estadunidense oferece exemplos da ênfase dada ao desenvolvimento dessas capacidades. Nele, pós-graduandos de biomedicina participam de treinamentos que visam ampliar as capacidades de colaboração e comunicação (Schmidt *et al*., 2023), assim como o pós-graduandos de STEM participam de intervenções para melhorar suas relações sociais e comunicativas (Willoughby; Hughes; Sterman, 2025), habilidades que são priorizadas na mudança de hábitos estimulada em tal área (Sandrone, 2024).

Retomando a discussão conceitual, como pode funcionar o repertório simbólico associado à produção de si para o trabalho? Foucault (2010) sugere que o gerenciamento dessas faculdades pode operar segundo maneiras de governar a si e que são produzidas e disseminadas socialmente. Para compreendê-las, cabe retomar seus estudos sobre o governo de uma população em uma época marcada pela emergência do Estado e do trabalho industrial. Nesse contexto, Foucault (2019) assinala a existência de uma forma de poder segundo o qual haveria conexões entre as mentalidades de governos exercida pelo Estado e pelos sujeitos, orientando os vetores ao que concerne à fenômenos característicos de uma população, tais como: moradia, saúde, taxa de natalidade e mortalidade. Na contemporaneidade, o mercado passa a compor mais fortemente a produção e a disseminação dessa mentalidade (Foucault, 2010). Lazzarato (2017) complementa:

> [...] a governamentalidade se dá como um conjunto de técnicas que não podem ser exclusivamente atribuídas ao Estado. Pelo contrário, as empresas vão investir massivamente, por meio do consumo, do marketing, da publicidade, do cinema, da comunicação etc., no governo não apenas dos indivíduos e dos seus comportamentos, mas também dos componentes pré-individuais, das modalidades de percepção e das maneiras de sentir, de ver, de pensar etc. Elas não se limitam a fabricar mercadorias, já que elas produzem mundos e os equipam de valores, de estilos de vida e de um inconsciente - instrumentos 'incorporais' de governança tão eficazes quanto as técnicas mais corporais. (Lazzarato, 2017, p. 169).

Em meio a essas disputas, Foucault (2010) ainda salienta a existência de um repertório construído socialmente através das interações entre os sujeitos e esse conjunto pulverizado de prescrições que atravessam a subjetivação do trabalho. Essa circulação dissemina uma racionalidade que possibilita que o sujeito realize uma "[...] utilização óptima de recursos raros para fins alternativos" (p. 335), tais "[...] recursos raros constituirão um sistema simbólico, um jogo de axiomas, um certo número de regras de construção, e não qualquer regra de construção ou qualquer sistema simbólico, simplesmente alguns" (p. 335). Essa ótica permite notabilizar o repertório simbólico sistematizado que possibilita que os sujeitos possam agir sobre si e sobre o meio mais de uma maneira do que de outra em suas relações laborais.

O trabalho, em sua dimensão interna, refere-se à capacidade humana de realizar transformações no meio que está, tarefa que exige a manipulação de coisas naturais e artificiais, como o conhecimento. A realização dessa atividade, de modo abrangente, implica em colocar em funcionamento ora faculdades físicas e ora faculdades intelectuais. Na

dimensão contextual e industrial, o trabalho alude às atividades manuais e mecânicas, cujo valor é mensurado pela capacidade de executar uma atividade e seu tempo necessário. No contexto pós-fordista, é marcante a integração das faculdades humanas no circuito do capitalismo - inclinação à aprendizagem, motivação, autorreflexão, criatividade, cooperação, linguagem etc. Efeito dessa subsunção e do aumento da força do mercado na organização da sociedade, o trabalhador emerge como uma empresa, que deve agregar valor a si em termos de capital humano, orientada por um sistema simbólico que torna possível a circulação de uma racionalidade específica, a econômica. Essa forma de pensar caminha em duplo sentido em relação às capacidades humanas enaltecidas atualmente, penetrando em outras dimensões da vida humana sua forma de organizar e subsumindo dessas dimensões o desenvolvimento das faculdades necessárias ao capital humano ligado ao trabalho contemporâneo.

Quando você vai parar de estudar e começar a ganhar dinheiro?

Nesta seção serão apresentadas algumas considerações sobre as noções de exploração e de precarização a fim de evidenciar a importância da dimensão da subjetividade nas análises. Acompanhar Marx (2017) nessas noções implicará em impasses ontológicos, para o qual um caminho possível será apresentado na seção seguinte.

Ao colocar relevo sobre os mecanismos que atuam na circulação do capital, Marx (2017) não define explicitamente a noção de exploração, mas permite entrevê-la como uma espécie de produto natural do sistema, cujo funcionamento se relaciona ao uso extenuante de recursos humanos e não humanos. Ao nível das coisas, a otimização dessa instrumentalização alude à extração de recursos naturais, ao aprimoramento de técnicas e ao desenvolvimento de máquinas. Ao nível dos sujeitos, ela implica a extração máxima possível da força de trabalho, evidenciada pela intensificação das cargas-horárias de trabalho e do volume de tarefas e pelo baixo salário. Na lógica das equivalências entre mercadorias, a maximização do lucro exige:

> [...] que termine toda relação pessoal do proprietário com a sua propriedade e que ela se torne apenas riqueza material objetiva; que no lugar do matrimônio com a terra entre o casamento de interesses e também a terra caia à condição de valor comercial tal como o homem. (Marx, 2017, p. 183-184).

Nessa ótica, explorar o trabalhador significa em ampliar o tempo de extração da sua força de trabalho e, se possível, intensificar o uso dessa força durante tal período, bem como ela alude a intensificação da produção do lucro por meio da minimização do custo expresso no salário, que deve ser apenas suficiente para "[...] a subsistência do trabalhador durante o trabalho, para que ele possa alimentar sua família e para que a raça dos trabalhadores não morra" (Marx, 2017, p. 117). Além da exploração econômica, o conceito de precarização ressalta a importância da dimensão jurídica na exploração contemporânea.

Nessa esteira, a precarização sobressalta as desvinculações trabalhistas entre as empresas e os funcionários através dos processos de terceirização, flexibilização e informalidade. Desamparados juridicamente, as modalidades de trabalho por meio de plataformas digitais popularizam a incorporação da responsabilidade dos meios de produção pelos trabalhadores, atrelando a sustentação deles como condicionante ao acesso ao trabalho e a renda vinculados à plataforma (Antunes, 2018).

Adicionalmente, a perda da proteção legal obscurece os mecanismos de controle sobre o tempo dedicado ao trabalho e os valores de remuneração, que perdem sua referência. Assim, os aspectos jurídicos são constitutivos do ganho de capital, pois permitem ampliar a carga horária de trabalho e reduzir os custos referentes aos direitos trabalhistas (Antunes, 2018).

A intensificação do trabalho no contexto dos bolsistas pode ocorrer por meio do incentivo à adesão a tarefas paralelas àquelas necessárias para obtenção do título, sendo elas o engajamento em eventos, a participação como avaliadores de artigos, a participação em comissões e organização de eventos, a participação na realização de experimentos de pesquisas de outros pesquisadores, etc. Se, por um lado, a realização dessas atividades reverberam positivamente na carreira do sujeito, por outro, esse engajamento também engendra um aumento no volume de trabalho não remunerado. Nos Estados Unidos, efeitos dessa carga laboral são estudados na área de Engenharia, que percebe um aumento da evasão de doutorandos, dentre outras razões, devido ao desequilíbrio entre o profissional e pessoal (Sallai *et al*. 2023).

Ante ao exposto, a exploração remete ao uso extenuante de recursos, enquanto que a precarização, uma de suas ferramentas, se refere à diminuição de direitos trabalhistas para maximizar os lucros. Uma vez que no Brasil a conclusão do mestrado e do doutorado implica em uma dedicação total de, em média, seis anos, a ausência do reconhecimento jurídico por meio da formalização dessa atividade coloca as relações laborais e os proventos de bolsistas sob impasses. Pelo lado do Estado, a ausência de pagamentos previdenciários dificulta o acesso à aposentadoria no futuro desses sujeitos, enquanto que, pelo lado do mercado de trabalho, a ausência de reconhecimento formal desconsidera a experiência de trabalho, desfavorecendo o sujeito na competição para alocação profissional no mercado laboral educacional. Lenne *et al.* (2026) evidencia que a ausência de seguridade na academia também é um entrave percebido no contexto estadunidense, o qual demanda a produção de políticas públicas que deem suporte à parentalidade de residentes da Universidade de Saúde e Ciência de Oregon.

No entanto, essas dimensões não são suficientes para compor uma noção de exploração contemporânea. Ao longo da seção sobre o trabalho, ficou evidente a importância da dimensão imaterial, principalmente no que concerne ao sujeito como sendo sua própria matéria-prima, seu alvo de desenvolvimento, sua produção. Isso implica a necessidade de explanar os elementos que conectem os sujeitos ao circuito do capital e os efeitos dessas anexações. Para tanto, ao invés de assumir uma perspectiva ontológica da relação entre trabalho e sujeito, como Marx (2017) propõe, é necessário destacar as tramas políticas, a correlação de forças nas relações laborais e os sujeitos que são produzidos nela, uma vez que elas "[...] são o solo em que se forma o sujeito, os domínios de saber e as relações com a verdade" (Foucault, 2002, p. 27). É nesse sentido que Félix Guattari e Suely Rolnik (1996) afirmam que "[...] as forças sociais que administram o capitalismo hoje [...] entenderam que a produção de subjetividade talvez seja mais importante do que qualquer outro tipo de produção, mais essencial até do que o petróleo e as energias" (p. 26). Assim, seguir um prisma crítico implica em salientar as políticas que operam na captura e na produção de subjetividades, com potencial para anexar sujeitos contemporâneos ao trabalho e ao capitalismo e que serão discorridos na próxima seção.

Você vai ficar louco de tanto estudar

Anteriormente, buscamos descrever um possível conceito de exploração. No entanto, Marx (2017) e Antunes (2018) não definem deliberadamente o conceito de exploração, razão pela qual, na seção anterior foi necessário entrever os elementos desse conceito a partir das alusões desses autores. Os autores que serão apresentados nesta seção, agrupados pela Filosofia da Diferença, seguem na mesma direção. Resguardadas suas devidas diferenças, ambas correntes apontam que a exploração é inerente ao funcionamento do capital e que, por esse motivo, é um produto natural e amplamente produzido, seja pela via das relações entre dominador e dominado, ou seja, pela via da reprodução da subjetividade. Nessa apreensão, Lazzarato e Negri (2013) ressaltam que no "[...] trabalho imaterial não se reproduz (e não reproduz a sociedade) na forma de exploração, mas na forma de reprodução de subjetividade" (Lazzarato; Negri, 2013 p. 54), que possibilita que, no "[...] lugar da exploração entram a auto-exploração e a autocomercialização" (Gorz, 2005, p. 10).

Esse processo de autorregulação e exploração está ligado aos aparelhos de captura que operam, segundo Deleuze e Guattari (2012), no capitalismo: servidão maquínica e sujeição social. O primeiro alude à conexão e à troca de informação direta entre o indivíduo e as instâncias produtivas, na qual "[...] há tão somente transformações ou trocas de informações das quais umas são mecânicas e outras são humanas" (Deleuze; Guattari, 2012, p. 170). Já a sujeição remete ao consumo e à reprodução, movimentos sempre parciais ou modificados, de certas subjetividades, uma vez que "[...] a sujeição social, como correlato da subjetivação, aparece muito mais nos modelos de realização da axiomática do que na própria axiomática" (Deleuze; Guattari, 2012, p. 169). Eles ainda argumentam que o sujeito "[...] não é mais componente da máquina, mas trabalhador, usuário…, ele é sujeitado à máquina, e não mais submetido pela máquina" (Deleuze; Guattari, 2012, p. 168).

Nesse processo de sujeição - de se apresentar a - que Lazzarato (2017) ressalta que o sujeito contemporâneo e supostamente livre em suas escolhas, alude ao empresário de si.

> No capitalismo contemporâneo, esses processos e técnicas encontram sua realização no 'capital humano', que faz de cada um de nós 'sujeito' responsável e culpado pelas suas próprias 'ações' e 'comportamentos'. O 'sujeito' livre, no sentido de 'libertado' de toda subordinação pessoal, realiza-se na figura do empreendedor de si e na figura do consumidor que escolhe de maneira 'soberana' em meio a uma panóplia infinita de mercadorias. (Lazzarato, 2017, p. 172-173).

Na primeira seção deste ensaio, foi abordada a noção de trabalho imaterial, alcançando a figura do empresário de si, como um modelo de subjetividade que deve ser interiorizada e reproduzida, buscando relacionar suas qualidades com os aspectos que compõem o trabalho do pós-graduando brasileiro. Nesta seção, ao salientar os elementos de subjetividade que fortalecem a utilização intensa e máxima de recursos, buscaremos, sempre que possível, assinalar sua possível ligação ou reverberação com o funcionamento do campo acadêmico.

Para tanto, cabe assinalar que na perspectiva de Guattari e Rolnik (1996), as subjetividades estão em circulação e são produzidas no tecido social e, no entanto, são parcialmente apropriadas, reproduzidas e transformadas ao serem colocadas em funcionamento pelos

sujeitos em seus cotidianos. Nesse sentido, tais subjetividades "[...] não funcionam apenas no registro das ideologias, mas no próprio coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o mundo, de se articular com o tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho, com a ordem social suporte dessas forças produtivas" (Guattari; Rolnik, 1996, p. 26). Guattari e Rolnik (1996) mencionam que a produção de subjetividade é colocada em funcionamento no tecido social por meio das significações atribuídas aos sentimentos, às percepções e às ações que emergem durante o trânsito cotidiano, ou seja, "[...] tudo que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam" (p. 27). Em síntese, os processos de subjetivação

> Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, intrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização e de produção idéica, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc.). (Guattari; Rolnik, 1996, p. 31).

No funcionamento do capitalismo, Guattari e Rolnik (1996) assinalam a existência de subjetividades específicas que fortalecem tal dinâmica, denominadas de subjetividades capitalísticas, sobre as quais: "Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo" (Guattari; Rolnik, 1996, p. 27). Isso indica que existem maneiras específicas de perceber o mundo e de se organizar nele que acentuam os processos de exploração contemporâneo. É isso que Bader Sawaia (2001) sugere em seus estudos sobre a exclusão social, segundo a autora, o capitalismo contemporâneo:

> [...] gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades [...] são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência. (Sawaia, 2001, p. 9).

Fica claro que uma análise que vise problematizar criticamente as relações de trabalho, especialmente sobre o contexto do empresário de si, precisa levar em consideração as modificações jurídicas e econômicas, bem como os componentes de subjetividade que são produzidos no campo social mais amplo e que operam na adesão e na reprodução de modos de vida específicos, que favorecem a manutenção da exploração. Essa articulação permite analisar essa exploração imaterial como um processo social que se manifesta individualmente, isto é, como "[...] um processo sócio-histórico, que se configura pelos recalcamentos em todas as esferas da vida social, mas é vivido como necessidade do eu, como sentimentos, significados e ações" (Sawaia, 2001, p. 8).

É necessário ressaltar que a circulação das subjetividades capitalísticas não conseguem incidir sobre todas as ações, sentimentos e significados produzidos (Guattari; Rolnik, 1996). Isso significa dizer que os sujeitos, ao entrar em contato com tais subjetividades, se apropriam e aderem a elas parcialmente e que, nesse sentido, é sempre possível um processo de invenção coletiva, o qual eles denominam de singularização. Com isso, o sujeito não é considerado

como uma produção diretamente determinada pelas subjetividades, em especial, a capitalística, em circulação no campo social, mas oscilam entre a adesão e a criação. Os autores descrevem essa oscilação como

> [...] uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização. (Guattari; Rolnik, 1996).

Os processos de singularização possibilitam considerar que a vida dos sujeitos não pode ser totalmente determinada pelas forças que administram o capitalismo contemporâneo. No entanto, Guattari e Rolnik (1996) assinalam que a individuação, a infantilização, a segregação, a culpabilização e a temporalização compõem alguns dos fluxos de produção de subjetividades capitalísticas em circulação na atualidade.

Guattari e Rolnik (1996) destacam que o fato de sermos indivíduos biologicamente separados, o que remete as partes de uma população, e os movimentos de classificação de tal repartição, como as divisões sexuais do trabalho e sociais, produzem e normalizam a individuação. Com efeito, historicamente a subjetividade tem sido considerada como equivalente a individualidade, fragmentação que possibilita a operação de fluxos modelizantes. Nesse sentido, "[...] a política da individuação da subjetividade é correlativa de sistemas de identificação que são modelizantes" (Guattari; Rolnik, 1996, p. 38), que possibilitam o engendramento de múltiplas técnicas de controle e regulação.

As subjetividades ligadas à infantilização se referem ao intermédio das decisões cotidianas, definindo modelos e fortalecendo essa relação de tutoria. Para os autores, ela é construída a partir de equipamentos coletivos, mas "[...] não só os de ação sanitária ou de higiene (ambulatórios, centros de saúde, etc.), ou os de vida cultural (escolas, universidades, etc.), mas também a mídia" (Guattari; Rolnik, 1996, p. 42). Tais equipamentos fornecem sempre uma prescrição especializada para orientar as escolhas dos indivíduos durante o trânsito cotidiano, é nesse sentido que "Pensam por nós, organizam por nós a produção e a vida social" (p. 41).

Os componentes de subjetividade da segregação e da culpabilização se sustentam por meio dos sistemas modelizantes, dos processos de identificação e da naturalização do mundo, ideia que considera que as relações sociais são o que elas deveriam ser: "Aceitamos tudo isso porque partimos do pressuposto de que esta é a ordem do mundo, ordem que não pode ser tocada sem que se comprometa a própria ideia de vida social organizada" (Guattari; Rolnik, 1996, p. 42). Nesse movimento de assentimento, a segregação opera por meio da inscrição de sistemas hierarquizantes, de disciplinarização, de modos de valorização do desejo e das singularidades que constroem modelos de valorização social. O processo de consumo desses modelos implica no contato com as prescrições difundidas por eles e na demanda de que o indivíduo se posicione em relação a tal enquadramento (Guattari; Rolnik, 1996).

Assim, os sujeitos são chamados a assumir esses modelos da maneira mais consistente possível, chamado que, com frequência, não se é possível atender (Guattari; Rolnik, 1996). Nesse sentido, a culpabilização é engendrada "[...] sistematicamente por todos os sistemas de modelização" (Guattari; Rolnik, 1996, p. 41) e, portanto, atravessa o sujeito contemporâneo

por múltiplas maneiras. Os autores destacam o mecanismo de funcionamento da culpabilização:

> [...] somos obrigados a assumir a singularidade de nossa própria posição com o máximo de consistência [...]. No entanto, à menor vacilação diante dessa exigência de referência, acaba-se caindo, automaticamente, numa espécie de buraco, que faz com que a gente comece a indagar: 'afinal de contas, quem sou eu? Será que sou uma merda?' É como se nosso próprio direito de existência desabasse. (Guattari; Rolnik, p. 41, 1996).

A individuação ao longo dos últimos séculos se apoia na centralização do social do sujeito, relacionando-o com o pensamento, a lei moral, a natureza e com o outro, possibilitando a circulação da responsabilização individuada (Guattari; Rolnik, 1996). O sujeito, ao se constituir como objeto de si mesmo, torna-se sua própria matéria de intervenção para o controle e regulação. Esse componente de subjetividade em articulação aos fluxos do funcionamento do capital e das relações de trabalho podem possuir efeitos diretos na organização para o trabalho.

Com efeito, a ênfase dada ao sujeito, segundo Gorz (2005), "[...] ignora a precariedade, a descontinuidade, os azares, que pesam sobre todo o trabalho: sobre o trabalho assalariado tanto quanto sobre o trabalho independente" (p. 26), produzindo, em contraponto, uma invisibilização das condições sociais. Em sua análise sobre a economia do desemprego, Forrester (1997) assinala ser importante para o circuito do capital buscar produzir a invisibilização de certos processos sociais. Acerca da lucratividade, Forrester (1997) assinala: "É preciso esquecê-la e preservá-la a qualquer preço, não discuti-la, esquecer (ou fingir esquecer) que ela beneficia sempre o mesmo pequeno número, cada vez mais poderoso, mais capaz de impor esse lucro (que lhe toca) como a única lógica" (p. 19). E complementa: "A indiferença é feroz. Ela constitui o partido mais ativo, e certamente o mais poderoso. Ela permite todas as exações, os desvios mais funestos, mais sórdidos" (Forrester, 1997, p. 41)

Atrelado ao movimento que nubla as relações sócio-históricas, o indivíduo, dono de si, é chamado a ser responsável pelo seu futuro, em termos da conquista ou não de seus objetivos. Essa noção de meritocracia ou de autorresponsabilização considera que o acesso ao trabalho e o desempenho nele é uma questão de ação individual, razão pela qual, nessa perspectiva: "Se existem ainda desempregados, isso é sinal de que sua 'empregabilidade' está em falta" (Gorz, 2005, p. 26).

No contexto da pós-graduação não é diferente. Esses critérios meritocráticos não são capazes de considerar dinâmicas sociais mais complexas, que se conectam com os repertórios intelectual e cultural, construídos ao longo das vidas desses sujeitos e que estão fortemente atreladas às suas capacidades (Foucault, 2010) para o desenvolvimento de investigações. Tal enfoque repousa sobre o bolsista a responsabilidade de se manter com alto desempenho nas atividades necessárias à sua formação e de alcançar a etapa final de sua pesquisa à revelia dos entraves, colocando o sujeito em uma competição consigo mesmo, na qual o objetivo é ser sempre melhor, mais produtivo para fugir da possibilidade, nessa ótica, de causar seu próprio fracasso.

O sujeito é, portanto, amplamente responsável daquilo que supostamente lhe falta, daquilo que o impede de corresponder ao modelo de sucesso difundido, distância que coloca em movimento o componente de culpabilização, e "[...] aí se pensa que a melhor coisa a fazer é calar e interiorizar esses valores" (Guattari; Rolnik, 1996, p. 41). Por fim, para o caso do desempregado, Forrester (1997) descreve um efeito de adesão à essa subjetividade:

> São levados [os desempregados] a se considerar indignos dela, e sobretudo responsáveis pela sua própria situação, que julgam degradante (já que é degradada) e até censurável. Eles se acusam daquilo que são vítimas. Julgam-se com o olhar daqueles que os julgam, olhar esse que adotam, que os vê como culpados, e que os faz, em seguida, perguntar que incapacidade, que aptidão para o fracasso, que má vontade, que erros puderam levá-los a essa situação. (Forrester, 1997, p. 11-12).

Ao que concerne aos componentes de subjetividade sob o prisma das relações de trabalho, os processos de individuação e seus modelos de segregação e de culpabilização se ligam à naturalização da competitividade. Acerca dela, Guareschi (2001) assinala: "O pressuposto do liberalismo, ou neoliberalismo, hegemônico em nossos dias [...] é o de que o progresso e o desenvolvimento só são possíveis através da competitividade" (p. 146). A competitividade se estabelece nas relações sociais e consigo mesmo, uma vez que a pessoa para se comercializar "[...] a impor a si mesma constrangimentos necessários para assegurar a viabilidade e a competitividade da empresa que ela é" (Gorz, 2005, p. 23). Com vistas a ampliação do capital humano, a competição torna-se contra si mesmo, razão pela qual "[...] a empresa introduz o tempo todo uma rivalidade inexpiável como sã emulação, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo" (Deleuze, 2012, p. 221).

Com efeito, a valorização da competitividade "[...] traz como consequência, entre muitas outras, a atribuição do sucesso e do fracasso exclusivamente a pessoas particulares, esquecendo-se completamente das causalidades históricas e sociais" (Guareschi, 2001, p. 150). Cujo efeito, derivado dos processos de culpabilização, é descrito por Forrester (1997): "[...] cada um então se crê (e é encorajado a crer-se) dono falido de seu próprio destino, quando não passou de um número colocado pelo acaso numa estatística" (p. 10).

Por outro lado, a adesão à competitividade ressalta que cada um deve administrar seu capital humano, cada um "[...] deverá continuar a investir em estágios de formação e compreender que a possibilidade de vender sua força de trabalho depende do trabalho gratuito, voluntário, invisível, por meio do qual ele sempre poderá reproduzi-la" (Gorz, 2005, p. 24). Enquanto que nas relações laborais amplas, a formação permanente aparece como um efeito da necessidade de se ampliar o capital humano e deve ser empreendida ao longo da vida do indivíduo, no contexto da pós-graduação ele está atrelado ao reconhecimento desse trabalhador no campo. No contexto dos discentes, a competição para a produtividade ocorre para além das exigências dos programas, sendo um mecanismo de classificação entre os concorrentes às futuras posições de docente-cientista universitário.

A temporalização (Guattari; Rolnik, 1996), enquanto componente de subjetividade, também pode ser ligada ao trabalho, organizando os ritmos das tarefas. O filósofo Pierre Lévy (1993) relata que a informática tem forte influência em como o tempo é vivido na atualidade,

segundo ele, ela age fortalecendo a "[...] flexibilidade, fluxo tensionado, estoque zero, prazo zero" (p. 114).

A alta velocidade como medida de equivalência do tempo, insere o ritmo da produção e do consumo na produtividade, uma vez que ela é, entre outras coisas, a exploração do tempo - a maximização da produção em relação à menor medida de tempo possível. É nesse sentido que Guattari e Rolnik (1996) mencionam que "[...] todos esses sistemas de equivalência de tempo, interiorizados, não são apenas um fato subjetivo, mas também um dado de base da formação da força coletiva de trabalho, e da formação da força coletiva de controle social" (p. 44). Nesse sentido, o trabalhador, responsável por construir seu capital humano por meio da formação permanente, está incumbido de realizá-la sempre o mais rápido possível.

Stengers (2019) faz uma crítica ao imperativo da velocidade no campo científico e de seu atendimento acrítico ao desenvolvimento industrial e informacional, engendrando o "[...] imperativo de não desacelerar, de não perder tempo" (Stengers, 2019, p. 14). Segundo ela: "Mesmo os campos acadêmicos que não produzem patentes agora foram submetidos ao imperativo geral da avaliação de benchmark. Eles têm que aceitar o julgamento de um pseudo-mercado acadêmico governado pela concorrência cega" (Stengers, 2019, p. 2). A vinculação a essa alta velocidade na produção acadêmica naturaliza entraves sociais mais amplos, por meio de uma

> [...] anestesia induzida, gerada por um exército mobilizado em movimento, onde o imperativo é ir o mais rápido possível [...] O imperativo significa que a paisagem por onde ele passa não será de interesse algum, apenas os obstáculos que ele tem para se movimentar. (Stengers, 2019, p. 14).

Ao final, se notabiliza que a noção de exploração imaterial do trabalho, expressa na figura do empresário de si, refere-se à produção de um sujeito despotencializado, face à vulnerabilidade jurídica e à instabilidade econômica, necessárias para a maximização do lucro. A ênfase na adesão a individualidade, a autorresponsabilização em manter-se competitivo ao mercado, a alta velocidade da produção e do consumo e a competição generalizada, exige um indivíduo que esteja ativamente calculando suas escolhas, seus riscos e seus investimentos, em alta velocidade. Nesse movimento, a naturalização dos entraves sociais mais amplos em consonância com a ênfase na responsabilização individuada convida o sujeito a se anestesiar em relação aos impasses sociais, mantendo-se centrado em sua atividade, e a assumir um funcionamento cada vez mais maquínico e mais desarticulado coletivamente (Gorz, 2005; Deleuze; Guattari, 2012; Lazzarato, 2017).

Na produção subjetiva da exploração, Gorz (2005) assinala: "O homem é 'obsoleto'; é preciso pois dotá-lo de próteses químicas para 'tranquilizar' seu sistema nervoso estressados pelas violações que ele sofre, e lhe fornecer próteses eletrônicas, destinadas a aumentar as capacidades do seu cérebro" (p. 82). A adesão ao modelo homem-máquina pode gerar seus efeitos, para Lazzarato (2017), "[...] a 'doença' do século XXI se manifesta na 'depressão': impotência para agir, impotência para decidir e impotência para empreender projetos; resistência passiva e individual à mobilização geral e à ordem de ser ativo, ter projetos, se implicar" (p. 176).

Apontamentos finais

O engajamento na pós-graduação brasileira mobiliza competências, atitudes, hábitos e valores próximos às dimensões que compõem o trabalho imaterial, tornando o conceito uma ferramenta relevante para uma análise crítica da produção científica brasileira, nos termos das relações laborais. O trabalho imaterial, quando capturado pelo capitalismo, pode ser ligado à representação do empresário de si, cujas características deslocam os processos de exploração no trabalho para a autoexploração. Nela, os pós-graduandos parecem ser chamados a competir com os outros e consigo, a produzir sem perder o ritmo, a se anestesiar dos entraves sociais e a se responsabilizar integralmente pelos resultados alcançados, produzindo um consumidor-produtor máquina na academia brasileira.

Fortalecer essa problemática, localizada em lacunas de investigações acerca das dinâmicas da pós-graduação, implica salientar entraves cuja superação é essencial a fim de melhorar as condições de trabalho atreladas à produção científica nacional. Com efeito, emerge uma agenda de pesquisa empírica: pós-graduandos bolsistas percebem a trajetória na pós-graduação como um trabalho? As dimensões do trabalho imaterial se efetivam nas formas de se perceber e de se organizar no mundo desses sujeitos? Ao se efetivarem, a partir da perspectiva desses sujeitos, os elementos desse tipo de trabalho são capturados por uma lógica exploratória? São efetivados processos de autoexploração? E ainda: como os sujeitos se mantêm vinculados à esse processo?

Referências

ABBAGNANO, N. Trabalho. In: ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes,2007,p.964-966.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: O novo proletariado de serviço na era digital. 1.ed. São Paulo:Boitempo,2018.

AMON, M. Looking through the Glass Ceiling: A Qualitative Study of STEM Women's Career Narratives. **Frontiers in Psychology**,v.8,2017.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Portaria n°76 de 14 de abril de 2010. **Diário Oficial da União**: seção 1,Brasília,DF,p.31-32,2010.

BRAZ, R.;SCHERER, L. Sonoridade e sororidade: o trabalho imaterial na carreira de mulheres pertencentes a um coletivo musical na Fronteira da Paz. **Revista Alcance**,v.31,n.3,p.17–36,2024.

BROWN, B. Will Work For Free: The Biopolitics of Unwaged Digital Labour. **tripleC**,v.12, n.2,p.694-712,2014.

CARVALHO, V.;CARDOSO, M.;SARMENTO, A. Estudo sobre a inserção no mercado de trabalho dos bolsistas de mestrado profissional brasileiros, utilizando o programa Ciência sem Fronteiras nos EUA. **Revista Gestão & Tecnologia**,v.24,n.3,p.175–195,2024.

DELEUZE, G. Post scriptum sobre as sociedades de controle. In:DELEUZE, G. **Conversações**. 1.ed. São Paulo:Editora 34,1992,p.219-226.

DELEUZE, G.;GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol.5. 2.ed. São Paulo:Editora 34,2012.

FARRUGIA, D.et al. Hospitality work and the sociality of affective labor. The **Sociological Review**,v.71,p.47-64,2023.

FLEMING, G.et al. Seed Grant Programs to Promote Community Transformation in Higher Education Institutions. **Education Sciences**,v.14,n.10,2024.

FORRESTER, V. **O horror econômico**. 1.ed.São Paulo:Unesp,1997.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. 3.ed.Rio de Janeiro:NAU 2002.

_____. **Segurança, território e população**. São Paulo:Martins Fontes,2008.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. Lisboa:Edição70,2010.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24.ed. São Paulo:Loyola,2014.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro:Paz e Terra,2019.

_____. **História da Sexualidade 1:** A vontade de saber. 10.ed.Rio de Janeiro:Paz e Terra,2020,p.85-144.

GORZ, A. **O Imaterial**: Conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume,2005.

GUARESCHI, P. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, B.(org). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2.ed. Petrópolis: Vozes,2001,p.141-156.

GUATTARI, F.;ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4.ed. Petrópolis: Vozes,1996,p.25-196.

GUIMARÃES, R.;SANTOS, E. Trabalho imaterial e consumo: um olhar a partir da co-criação e do consumo de experiências no setor de serviços. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v.7,n.1,p.161–180,2018.

GRISCI, C. Trabalho imaterial, controle rizomático e subjetividade no novo paradigma tecnológico. **RAE-eletrônica**,v.7,n.1,p.1–23,2008.

GRISCI, C.;BITENCOURT, B.;FLECK, C. Trabalho imaterial, medo, solidão: "Amigos de aluguel" na sociedade líquido-moderna. **Psicologia em Estudo**, Maringá,v.17,n.1,p.141-149,2012.

GRISCI, C.;CARDOSO, J. Experimentação do tempo e estilo de vida em contexto de trabalho imaterial. **Cadernos EBAPE.BR**,v.12,n.4,2014.

GRISCI, C.;LOCATELLI, P.;D'ARISBO, A. A vida na lógica do trabalho imaterial: análise do acolhimento temporário de animais. **Revista Gestão & Planejamento**,v.18,p.23–36,2017.

GRISCI, C.;SCALCO, P.;KRUTER, G. Dilemas pessoais no trabalho imaterial bancário. **Psicologia & Sociedade**,v.23,n.3,p.564-573,2011.

HARDT, M.;NEGRI, T. The Powers of the Exploited and the Social Ontology of Praxis. **tripleC**,v.16,n.2,p.415-423,2018.

HEARN, A. Reality television, The Hills, and the limits of the immaterial labour thesis. **tripleC**, v.8,n.1,p.60-76,2010.

JARECKA, D. New Peredvizhniki, or Artists on the Move. **Open Cultural Studies**,v.2,p.183-190,2018.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina,2013.

LAZZARATO, M. **O Governo do Homem Endividado**. São Paulo: N-1 edições,2017.

LENNE, E.et al. Path to parenthood for medical residents and fellows: the impact of leave policies on parent trainees at Oregon Health and Science University. **Postgraduate Medical Journal**, v.102,n.1204,p.169-177,2026.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. 1.ed. São Paulo: Editora 34,1993.

MANSANO, S.;PÉRIGO, A. O trabalho imaterial do "designer" e a sustentabilidade: impasses. **Desenvolvimento em Questão**, v.18,n.51,p.297–316,2020.

MARX, K. Introdução a contribuição à crítica da economia política. In:BOTELHO, A. (org.). **Essencial sociologia**. 1.ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013,p.39-76.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret,2017.

MORREALE, F.et al. The unwitting labourer: extracting humanness in AI training. **AI & SOCIETY**,v.39,p.2389-2399,2024.

MOUSA, O.et al. The MD Blues: Under-Recognized Depression and Anxiety in Medical Trainees. **PLoS ONE**,v.11,n.6,2016.

MUTUA, M.;NAKIDDE., C;MUKUMBANG, F. Strengthening health research capacity for postgraduate trainees: an indigenous realist evaluation of the 'African Research Initiative for Scientific Excellence' programme. **Health Policy and Planning**, v.40,n.9,p.967-980,2025.

NABILA, A.; IRWANSYAH. Cognitive capitalism of wedding industry in the digital age: Case study of digital inequality on sustainability development goals. **IOP Conf. Series: Earth and Environmental Science**,v.716,2021.

POLO-BLANCO, J. Autoexplotación posmoderna y esclavitudes modernas. Reflexiones en torno a la subjetividad neoliberal. **ÁGORA**,v.38,n.2,p.23-43,2019.

POPPELAARS, F.et al. Early-Career Complementologists (ECCO)–Past achievements and future directions. **Molecular Immunology**,v.151,p.158-165,2022.

PRESTES, V.;GRISCI, C. A fotografia como lugar de memórias e recurso disparador da fala no trabalho imaterial de modelo de moda. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v.6,n.3,p.39–54,2017.

PRESTES, V.;GRISCI, C.;FRAGA, A. Lifestyles of workers in the expatriation context. **RAM, REV. ADM. MACKENZIE**,v.17,n.3,p.39-59,2016.

REIFOVÁ, I.;ZÁPOTOCKÝ, J. Between exploitation and autonomy: How participants position themselves within reality television production in the post-socialist Czech Republic. **European Journal of Cultural Studies**,p.1-22,2026.

SALLAI, G.et al. Persistence at what cost? How graduate engineering students consider the costs of persistence within attrition considerations. **Journal of Engineering Education**, v.112,n.3,p.613-633,2023.

SANDROME, S. ‘What is the most important lesson you learnt as a neuroscience master’s student?’ A single‐question study in postgraduate neuroscience education. **BMC Medical Education**,v.24,1228,2024.

SCHMIDT, J.et al. Promoting crucial team building, collaboration, and communication skills in graduate students through interactive retreats. **Advances in Physiology Education**, v.47,p.919-929,2023.

SAWAIA, B. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, B. (org). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social.2.ed. Petrópolis: Vozes,2001,p.7-13.

SCHERER, L.;GRISCI, C. Migrante e refugiado empreendedor (de si): modos vernáculos de trabalho imaterial como (re)invenção de si no país de destino. **Brazilian Business Review**, v.19,n.2,p.189–207,2022.

SCHERER, L.;GRISCI, C.;CHANLAT, J. Trabalho imaterial e organizações da sociedade civil: alternativa aos modos de trabalhar e de viver de refugiados. **Cadernos EBAPE.BR**, v.19,n. 2,p.377–390,2021.

SCHERER, L.;PRESTES, V.;GRISCI, C.(Con)figurar o empreendimento, (con)formar a vida: estratégia de viver a vida em refúgio como empreendedor étnico à luz do trabalho imaterial. **Organizações & Sociedade**,v.29,n.103,p.803–830,2022.

STENGERS, I. Outra Ciência é possível! Um apelo à Slow Science. **Cadernos do Ateliê**, v.1,n.5,fascículo1,2019.

TILL, C. Exercise as Labour: Quantified Self and the Transformation of Exercise into Labour. **Societies**,v.4,p.446-462,2014.

WEBER, L.;GRISCI, C. Trabalho imaterial bancário, lazer e a vivência de dilemas pessoais contemporâneos. **Revista de Administração Contemporânea**,v.15,n.5,p.897–917,2011.

WILLOUGHBY, S.;HUGHES, B.;STERMAN, L. Development and assessment of the STEM storytellers program. **International Journal of Science Education**,v.15,n.1,p.95-110,2025.